

Apresentação – “Seconba: a resistência em forma de ensino, pesquisa e extensão”.

É com enorme prazer e honra que recebo o convite para apresentar o primeiro número da Revista do Coletivo SECONBA, organização a qual estive vinculado pelos anos em que atuei como docente e pesquisador na região oeste da Bahia. Trata-se da oportunidade de expor, mesmo que brevemente, alguns resultados dos esforços, sonhos e expectativas das diversas pessoas que ajudaram a fortalecer as suas iniciativas.

Desde o início do ano de 2003, quando foi sancionada a lei (10.639) que promoveu a obrigatoriedade do ensino de africanística nos estabelecimentos públicos e privados de educação elementar, que a data do aniversário de morte de Zumbi dos Palmares passou a ser oficialmente celebrada como o dia nacional da consciência negra: 20 de novembro. Logo no ano seguinte à promulgação dessa lei, o evento de comemoração da data ganhou a sua versão “oestina” diante da iniciativa encabeçada por Edson Santana, professor do curso de Pedagogia do Campus IX da UNEB. Tratou-se de uma atitude bastante arrojada, pois, embora situada no estado da Bahia – berço mitificado da cultura afro-brasileira –, é bastante comum na região além-franciscana a vigência de discursos que minimizam ou ocultam o protagonismo e a presença culturais de origem negra (incluindo nessa categoria os afrodescendentes, os indígenas e todos os demais grupos subalternizados que deles descendem). Sustentando-se nos velhos argumentos freyrianos de uma pretensa miscigenação plena, tais manifestações buscam avalizar a hegemonia de grupos recém-chegados, oriundos da porção meridional do país, que foram atraídos à região pelo incremento de uma agricultura mecanizada altamente tecnológica e lucrativa, voltada à produção de grãos para exportação. Mas, como se não bastasse abusar dos recursos naturais e “limpar a terra” para o plantio indiscriminado das suas commodities, expropriando, alijando e exterminando uma enorme parcela daquelas populações tradicionais, uma parte desses grupos também definiu e passou a difundir a ideia de que nesta região nada havia de significativo antes da sua chegada e, por isso mesmo, costumam dizer que “a cultura em Barreiras é uma grande mistura”. Entretanto nós sabemos muito bem que, a partir desse tipo de enunciado, desde Von Martius (1845), quem prepondera no amálgama resultante ainda é o poderoso rio branco que, segundo o seu idealizador, “deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica”. Assim sendo, sem medir esforços, ano após ano, com recursos escassos e muita força de vontade, devemos assinalar que a origem e a longevidade da promoção desse evento na cidade de Barreiras são, ainda hoje, um verdadeiro ato de resistência.

No ano de 2012 essa resistência ganhou novas aliadas, pois, pela primeira vez, o evento passou a ser sediado e organizado pelas três instituições públicas de ensino superior atuantes no município de Barreiras (UNEB, IFBA e UFBA, atual UFOB), se configurando numa articulação interinstitucional inédita que se mantém vigente até o presente momento. Com esse incremento o evento ganhou maior alcance e dimensão. Passou a promover debates sobre temas variados, convidando representantes dos diversos segmentos da sociedade, acadêmicos ou não, sempre valorizando e dialogando com os saberes das comunidades tradicionais circunvizinhas. Também passou a contar com a participação e a interlocução de ativistas e pesquisadores convidados de outras regiões, além de promover oficinas, a divulgação e o debate de filmes, exposições de artes, entre outras diversas ações. Nas edições mais recentes, passou-se a reservar um espaço na programação para a apresentação de trabalhos científicos, o que pode ser interpretado como um importante incentivo prestado pelo Coletivo Seconba à realização de pesquisas temáticas na/sobre a região.

Buscando atender às diversas demandas que surgiam durante os eventos, além de procurar criar ações (e intervenções) perenes e de maior complexidade, no ano de 2015 idealizou-se a criação de um curso de extensão voltado prioritariamente para a formação continuada de docentes atuantes na educação básica, mas aberto a estudantes universitários e demais interessados em geral. Articulando as expertises variadas dos docentes atuantes nas instituições promotoras do evento, formulou-se um programa temático bastante abrangente, capaz de introduzir aos inúmeros interessados alguns dos principais aspectos dos estudos africanos e afro-brasileiros. Os temas arrolados e debatidos foram os seguintes: “as interfaces atlânticas, índicas e mediterrâneas das sociedades africanas subsaarianas”; “os aspectos geográficos do continente africano”; “filosofia, mitologia e religiosidade africana e afro-brasileira”; “as artes e as sociedades africanas e afro-brasileiras”; “as questões agrárias e os conflitos fundiários das populações negras no campo”; “as resistências quilombolas”; “a resistência artística e o caso da capoeira”; “as artes do corpo”; “a etnomatemática”; “a literatura nas sociedades africanas e afro-brasileiras”; “situação colonial, lutas de libertação e colonialismos internos”; “a ‘questão racial’ na identidade brasileira”; “racismo e questões de gênero no contexto escolar”; “os movimentos negros”; “os estereótipos do negro nos livros didáticos e a institucionalização de políticas de ação afirmativa” e “os diálogos pretéritos, hodiernos e futuros entre o Brasil e o continente africano”.

A partir da familiarização com esses debates e através das leituras que lhes foram sugeridas, os participantes do curso foram desafiados/incentivados a escreverem textos que serviriam para concluir aquela etapa da sua formação, dentre os quais, os mais significativos foram aqui reunidos e fazem parte do primeiro volume desta revista. Esses trabalhos abrangem temáticas variadas, que vão desde as peculiaridades das culturas locais até discussões políticas e educacionais de abrangência mais ampla.

Em *Territorialidade das comunidades tradicionais na bacia do Rio Grande nos municípios de Cotegipe e Wanderley no Oeste da Bahia*, a geógrafa Márcia Bomfim aborda o processo de apropriação e organização territorial da localidade na região. Por meio da pesquisa de campo, da análise de diversos dados oficiais e da apreciação de documentação bibliográfica especializada, a autora trata das peculiaridades culturais dessas comunidades negras rurais, versando sobre a questão do seu (auto)reconhecimento identitário como quilombolas, por um lado, e da complexidade desse tipo de autenticação a partir das entidades oficiais, por outro. Este é um exemplo interessante de como as reflexões suscitadas pelo Coletivo Seconba ressoam em pesquisas especializadas que tomam os temas locais como objetos de investigação e análise.

Elemento etno-estético de primeira importância, *A vestimenta* [deve ser vista] *como símbolo de identidade cultural afro-brasileira*. Foi este o assunto abordado no artigo escrito por Kédma Lima, Silvia Silva e Valdete Cezar. Nele as autoras recuperam historicamente o papel desempenhado pelas populações negras africanas como agentes da construção dos fundamentos culturais do mundo moderno. Segundo o seu entendimento, “a vestimenta é um dos espaços sociais em que os indivíduos conseguem exercer sua liberdade e sua maneira crítica de enxergar o mundo” e, num contexto secular de opressão escravagista, lembram que ela se configurou como importante instrumento de resistência identitária. Assim como diversas outras manifestações artísticas de origem africana, a vestimenta afro-brasileira também é, além de estética, bastante funcional. A sua difusão e apropriação recentes fazem dela um instrumento de recriação da cultura afro-brasileira diante da redefinição da própria cultura nacional, já que se trata de uma questão cultural com fortíssimas implicações sociopolíticas.

De um forte conteúdo político, o trabalho de Rosilainy Oliveira e Ítalo Carvalho aborda *O processo de organização das mulheres negras no âmbito do movimento feminista no Brasil*. A partir de um breve histórico sobre as origens desse movimento em nosso país, os autores analisam as particularidades da luta pela igualdade de gênero por parte das mulheres negras, para finalmente elencar a pluralidade de formas de atuação diante do exame de diferentes organizações. O trabalho tentou mostrar que “as mulheres negras ainda reivindicam lugares nos espaços de representação e decisões”, e alerta que até o momento mantêm-se necessário reivindicarmos por “uma sociedade que reconheça as mulheres negras enquanto semelhantes, em termos de direitos de cidadania e ao ideal de uma sociedade plural”. Nele podemos perceber que a fundamentação científica também é um importante instrumento para as lutas encampadas no plano político, uma vez que, por seu intermédio, conseguimos recobrar a ideia de humanidade e de pleno acesso à condição cidadã.

As historiadoras Ana Paula Magalhães e Kátia Luzia Oliveira revisitaram *historiografias afro-brasileiras e miscigenação étnico-racial* para apontar *novas possibilidades* a esse debate. As suas reflexões partem das polêmicas raciais oitocentistas, quando a miscigenação se tornou um problema para a afirmação da versão oficial do nosso discurso nacional, uma vez que “o pensamento intelectual brasileiro esteve ancorado nas teorias raciais europeias, (...) visto que as doutrinas raciais serviram para explicar tudo, ou melhor, quase tudo”. O trabalho também trata do processo de revalorização da miscigenação diante da modernização conservadora efetivada na obra de Gilberto Freyre, e, paralelamente, faz um breve balanço da historiografia africanista. As autoras salientam que a emergência dessa nova historiografia promoveu a crise dos paradigmas científicos eurocêntricos e o advento de novos métodos transdisciplinares de pesquisa, que está “agora voltada tanto para a valorização da diversidade étnico-racial quanto para a análise crítica do lugar ocupado pelas diferenças”.

Graduandas do curso de pedagogia na UNEB, Sheilla Almeida e Taniária dos Anjos escreveram *Relações étnico-raciais no espaço escolar*. As autoras adotam como referencial a lei 10.639/2003 para enquadrarem o papel social da escola diante da promoção de uma educação antirracista e inclusiva. O trabalho tem como hipóteses a carência formativa dos docentes, a superficialidade da aplicação da referida lei e a inoperância da instituição escolar no combate às atitudes racistas e discriminatórias. Sua visão do contexto atual não é muito otimista, pois o estudo constatou “que há no meio escolar, falhas ao trabalhar com as questões étnico-raciais”, pois instituições e professores despreparados ainda “omitem ou abordam de maneira muito superficial as contribuições e influências das culturas de matrizes africanas na construção da sociedade brasileira” e, “no que diz respeito ao combate às atitudes preconceituosas, é frequente a minimização e a imparcialidade”. É por causa desse tipo de cenário que diversas outras semanas de consciência negra e muitos outros cursos de estudos africanos e afro-brasileiros haverão de acontecer.

Assim, esperamos que este seja o primeiro volume de muitos outros que estão por vir, e te desejamos uma ótima leitura!

Gilson Brandão de Oliveira Junior
Prado-BA, 31/10/2017.